

“DEMONIZAÇÃO DO ESTADO”: CONTRADIÇÃO E RESISTÊNCIA

“DEMONIZACIÓN DEL ESTADO”: CONTRADICCIÓN Y RESISTENCIA

“DEMONIZATION OF THE STATE”: CONTRADICTION AND RESISTANCE

João Carlos Cattelan*

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

RESUMO: Postando-me ao lado da análise de discurso, em sentido lato, tenho o objetivo de analisar a resposta dada numa entrevista num podcast cuja temática central é a boa ou a má devolução social do Estado em termos de investimentos a partir dos recursos arrecadados na forma de tributos. Do lado do entrevistador, há ceticismo em relação a ela ocorrer a contento; do lado do entrevistado, o Estado é defendido, ficando a defesa, porém, entre o elogio integral e a crítica “indesejada”. Em termos gerais, pretendo observar o fato de que o contradiscurso veiculado pela mídia alternativa pode levar a superar a superficialidade das reflexões ligeiras e fazer o mundo passar por revisões. Considerando Althusser (2008, 2022), Bourdieu (2011), Foucault (2013), Maingueneau (1989, 2005), Orlandi (1993) e Pêcheux (1995, 1997, 2011), desenvolvo o movimento analítico, sobretudo, tendo em conta as categorias de *polêmica* e de *contradição*, no caso, tanto lógica quanto discursiva.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Polêmica. Contradição. Equívoco. Falha.

RESUMEN: Junto al análisis del discurso, en su sentido más amplio, pretendo analizar la respuesta dada en una entrevista en podcast, cuyo tema central es el buen o mal retorno social del Estado en términos de inversiones de los recursos recaudados en forma de impuestos. Por parte del entrevistador, existe escepticismo sobre si esto ocurrirá satisfactoriamente; Por el lado del entrevistado, se defiende al Estado, pero la defensa queda entre elogios plenos y críticas “no deseadas”. En términos generales, busco observar al hecho de que el contradiscurso transmitido por medios alternativos, puede llevar a superar la superficialidad de los reflejos de la luz y hacer que el mundo pase por revisiones. Considerando a los autores Althusser (2008, 2022), Bourdieu (2011), Foucault (2013), Maingueneau (1989, 2005), Orlandi (1993) y Pêcheux (1995, 1997, 2011), desarrollo el movimiento analítico, sobre todo, teniendo en cuenta las categorías de controversia y contradicción, en este caso, tanto en el sentido lógico como discursivo.

PALABRAS CLAVE: Discurso. Controversia. Contradicción. Idea equivocada. Falla.

ABSTRACT: Standing alongside discourse analysis, in the broadest sense, I aim to analyze the answer given in a podcast interview, whose central theme is the good or bad social return of the State in terms of investments from the resources collected in the form of taxes. On the interviewer's side, there is skepticism regarding whether it will occur satisfactorily; On the side of the interviewed, the State is defended, but the defense remains between full praise and “unwanted” criticism. In general terms, I intend to observe the fact that the counter-discourse conveyed by alternative media can lead to overcoming the superficiality of light reflections and

* Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Unesp - Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho (câmpus de Araraquara) e docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Unioeste - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (câmpus de Cascavel). E-mail: jcc.cattelan@gmail.com.

making the world undergo revisions. Considering Althusser (2008, 2022), Bourdieu (2011), Foucault (2013), Maingueneau (1989, 2005), Orlandi (1993) and Pêcheux (1995, 1997, 2011), I develop the analytical movement, above all, taking into account the categories of controversy and contradiction, in this case, both in the logical and discursive sense.

KEYWORDS: Discourse. Controversy. Contradiction. Misconception. Failure.

1 INTRODUÇÃO

Uma das premissas ideológicas fundamentais do, assim denominado, neoliberalismo, que se pauta na liberdade individual de empreendimento, na proteção da propriedade privada, na diminuição da carga de impostos, no aumento da produtividade, na apropriação privada do lucro, na detenção particular dos meios de produção e no gerenciamento privado das relações de trabalho, é a defesa do “estado mínimo” e da não-ingêrência do governo sobre tudo o que pode ser suprido pela iniciativa privada; nesta toada, ao Estado, em última instância, competiria tão somente o imprescindível não atendido por empreendimentos particulares. Tudo o que o primado referido postula, no limite, é que a iniciativa privada tudo pode e tudo providencia e a administração pública é um entrave ao desenvolvimento econômico da sociedade.

Em nome do pleito do estado mínimo e do empreendedorismo sem freios, os governos passam a ser representados como máquinas famélicas de arrecadação de impostos, constituídos por instituições pesadas, custosas e burocráticas, que pouco devolvem à sociedade, alimentando mecanismos improdutivos e, no mais das vezes, quadros de pessoal com salários astronômicos. Sob este prisma, a administração pública não teria outra finalidade que não impor a cobrança de recursos para atender à demanda de uma casta de pessoas avessas ao trabalho e afeitas a rendimentos vultuosos, nada devolvendo à sociedade em termos de retorno de benefícios públicos custeados com os impostos arrecadados.

Considerando que, inclusive, educação, saúde e segurança, essenciais para a população, poderiam, deste ponto de vista, ser atendidas pela iniciativa privada, resta a questão que parece (apenas parece) um tanto misteriosa: se o capital privado faz frente a tudo, suprimindo todas as necessidades sociais, a que título faz sentido manter o Estado? Ele só se justificaria para, ante o mercado, destinar recursos para a infraestrutura, por exemplo, ou para financiar as atividades do capital. Eis um certo paradoxo, uma vez que não se quer o Estado a não ser que ele funcione para atender, com recursos públicos, a interesses privados. Em outros termos: não se deseja a interferência do poder público na iniciativa privada, mas o contrário é desejável.

Compreendo que o paradoxo mencionado se constitui sob a defesa de um estado mínimo e máximo, ao mesmo tempo; mínimo, em termos do retorno a ser dado ao público pagante de impostos, onerado com uma carga de tributos não das mais leves; máximo, no sentido de carrear a arrecadação para o capital privado, ao sabor dos ditames do capital e da lucratividade. Em suma, a defesa do estado mínimo não tem outro fim do que destinar recursos públicos para o capital empreendedor, ainda que seja demonizando o estado que se quer para si e não para todos os que contribuem para mantê-lo. Em outras palavras, o Estado deveria ser, ambigualmente, mínimo: mínimo para o público em geral e máximo (ou máximo) em termos dos que, neste discurso, seriam os beneficiários das benesses reivindicadas.

Alcanço, enfim, o objetivo deste trabalho. Há um discurso corrente que sataniza o poder público, do que a afirmação da existência de “supersalários” e de “marajás” e da Universidade Pública como “lugar de balbúrdia” e de “maconheiros” são exemplos, e, para fazê-lo, obriga-se a desdenhar exatamente daquilo que deseja possuir. Seria relativamente fácil reunir um corpus em que a demonização do Estado acontece (a “necessidade” da Reforma Administrativa volta à baila seguidamente). O que pretendo aqui é o contrário: lidar com discursos que apontem a pertinência, a relevância e a necessidade de um Estado que coloque o bem comum coletivo acima dos interesses individuais, sobretudo, econômicos. Neste sentido, contra a demonização do poder público, amparada em estereótipos caricaturais, busco abrir espaço para discursos que, de modo racional e objetivo, mostrem a importância da administração pública (e do Estado) estar presente, se não em todos, pelo menos em alguns setores estratégicos.

Com vistas à persecução deste objetivo, valho-me de um recorte de entrevista que foi publicado no Facebook e, em seguida, no Tik Tok, neste caso, pelo Cortes do Xuru, cujos fragmentos de vídeos podem também ser acessados no Youtube, Twitter e Kwai. Criado

por Igor Coelho, fundador do Grupo Flow e cofundador e apresentador do Flow Podcast, o influencer teria o objetivo de “influenciar pessoas a não serem facilmente influenciadas”. Com o @cortesdoxuru, nas diversas redes sociais, Igor publica trechos de entrevistas do seu podcast, selecionando fragmentos que julga serem relevantes para o público. No que diz respeito ao recorte que analiso aqui, os entrevistados foram Eduardo Moreira, do Instituto Conhecimento Liberta (ICL), e André Roncaglia, docente da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA/USP). Atento, neste ensaio, sobretudo, para a resposta dada pelo professor, porque ele arregimenta, de modo objetivo e racional, uma série de argumentos que confrontam, de forma precisa, o menosprezo e a depreciação do Estado e do poder público. Dada a temática do podcast “o que é o Estado na República”, busco verificar em que consiste o contradiscurso que sustenta a análise dos entrevistados e considero, no movimento analítico, os aforismas de Pêcheux (1995, p. 304) de que “não há dominação sem resistência” e de que “é preciso ‘ousar pensar por si mesmo’”.

2 SOBRE O ESTADO MÍNIMO: SENTIDOS EM DISPUTA E EQUÍVOCO

Antes de passar para o movimento de escritura da análise da entrevista no podcast referido, faço um alerta que deve prevenir a surpresa que o leitor possa ter ao não encontrar de pronto uma seção teórica antes do trabalho analítico. Faço a escolha de colocar em realce o corpus e o gesto de leitura que o institui, trazendo pontualmente, sempre que pertinente, amparos teóricos para aquilo que os excertos discursivos selecionados permitem postular. Penso que esta estratégia não seja, embora contra as expectativas, algo que prejudique as teses levantadas.

Postulo que, como em qualquer outro discurso, uma questão é posta em foco e que, sobre ela, tenham-se adesões e alianças ou rejeições e contradições. Como afirma Bourdieu (2011, p. 292), em certas matérias, as operações discursivas são impulsionadas por um “[...] elevado grau de equívoco, porque os lugares sociais que as tornam possíveis são também o que praticamente as tornam ineficazes, quando os utilizadores desses tópicos dão aos termos que opõem sentidos diferentes, por vezes estritamente inversos”. Ao sabor do discurso dominante sobre a inutilidade do Estado e em defesa de um estado mínimo que não interfira no o mercado e na iniciativa privada, o entrevistador diz ser “cético sobre a devolução de benefícios por parte do Estado”, dada “a qualidade baixa dos serviços públicos relativos à saúde, segurança e educação” (Coelho Coelho; Moreira; Roncaglia, 2023). Contra esta tese é que a resposta do entrevistado se articula, pondo-se no mirante contrário.

O entrevistado do podcast retoma explicitamente a tese assumida pelo seu outro, fazendo ver em que ele se sustenta e marcando, de forma objetiva, a sua posição contrária ao horizonte ideológico em que ele se ancora, por meio de:

SD1¹) esse é o estado brasileiro que você tá dizendo que né que você é cético quanto a ele devolver; é o que o Eduardo falou: devolve pra quem? (Roncaglia *apud* Coelho; Moreira; Roncaglia, 2023).²

Ratificando o ceticismo manifestado por Igor, coordenador do debate, André imputa a ele a descrença na devolução do Estado para a sociedade no tocante aos tributos que arrecada em termos de retorno dos serviços oferecidos, assumindo que a devolução ocorre, ao contrário do que o outro defende, mas que a devolução não é feita necessariamente da forma que se espera, ou seja: o Estado dá retorno daquilo que arrecada, mas não o faz exatamente nos setores que se tem como mais carentes e prioritários. É preciso aprofundar um pouco mais este efeito.

Há um fosso entre a tese da devolução (ou não) por parte do Estado para a sociedade e o debate se funda sobre mirantes ideológicos antagônicos de avaliação. De um lado, o Estado é avaliado negativamente, já que não retribuiria o contribuinte com serviços de qualidade; de outro, o juízo é positivo, pois a devolução aconteceria com qualidade; e todo o percurso do discurso mostra o esforço de defesa da importância do Estado pelo professor para o desenvolvimento social, constituindo, no limite, uma relação

¹ SD tem o sentido de “sequência discursiva”, que, como fragmento menor de linguagem dentro de um todo maior, dá acesso aos objetos que o discurso constrói: “[...] (não os objetos materiais), mas *aquilo de que se trata no discurso*, isto é, o objeto construído no discurso” (Pêcheux, 2011, p. 222).

² Cabe ressaltar que todas as sequências discursivas selecionadas e analisadas foram transcritas da forma mais próxima possível daquela produzida pelo entrevistado.

interdiscursiva polêmica que “define um processo de *interincompreensão* generalizada (como) a própria condição de possibilidade das diversas posições enunciativas” (Maingueneau, 2005, p. 103, grifo do autor).

Não deixa de chamar a atenção que, da ótica do entrevistador, o Estado é apresentado como negativo, enquanto a avaliação do entrevistado fica a meio caminho, ou seja, o Estado devolve, mas é seletivo na devolução, não podendo, logicamente, ser integralmente positivo, sobretudo, como abordo à frente, por atender a reivindicações justamente daqueles que o criticam, em detrimento dos que carecem da sua presença, em que pese não deixarem de ser, relativamente e de forma tangencial, beneficiários das conquistas dos primeiros. Como se incorresse num ato falho indesejado e dissesse mais do que pretende, o elogio fica um tanto quanto esmaecido diante do reconhecimento da destinação dos recursos públicos para o capital privado. É sobre este bailado discursivo que o entrevistado deve se conduzir (volto a ele adiante) e ele o faz, defendendo a presença positiva do Estado em quatro setores.

2.1 O ESTADO E O AGRO

Com o objetivo de defender a importância do Estado no que tange à devolução que ele gera em termos de redistribuição aos cidadãos em virtude dos tributos arrecadados, o entrevistado traz como primeira via de sustentação a participação crucial do poder público para a produção do setor agropecuário, tido atualmente como carro chefe da economia do país e como um dos grandes responsáveis pelo aumento do PIB nacional.

SD2) Sabe esse esse grande setor que diz que carrega o Brasil nas costas? O agro é pop, o agro é tech, o agro é tudo? Sabe o que que é o agro? O agro é lobby, é isso que é o agro. Porque o agro teve Embrapa. A Embrapa, empresa brasileira que tá fazendo pesquisa agropecuária que lá desde o ano cinquenta faz o que a parte difícil da história. A Embrapa faz o agro ser o que é. O agro é o que é porque ele representa 7% do PIB e paga 2% por cento da arrecadação total. O agro é o que é porque ele representa 7% do PIB mas tem quase todo quase metade do crédito direcionado, que é com juro menor que vai pra ele e, quando ele não quer mais usar o estado, ele cria letras financeiras que não pagam imposto de renda para atrair receita, que é a LCA e a CRA. Esse é o agro que depende do estado (Roncaglia, *apud* Coelho; Moreira; Roncaglia, 2023).

Sustentando-se na mirada oposta à defesa elogiosa do agro, cujo pré-construído meritório se acha “[...] inscrito ao mesmo tempo nas coisas e nos cérebros (e) se apresenta com as aparências de evidência, que passa despercebida, porque é perfeitamente natural” (Bourdieu, 2011, p. 49), ou melhor, tida como natural, o entrevistado, retomando interdiscursivamente o aforisma “o agro é pop, o agro é tech, o agro é tudo” e o colocando sob uma entonação irônica, assim como a “esse *grande* setor” (grifo meu) e “carrega o Brasil nas costas”, afirma que “o agro é lobby”, cujo efeito derrisório se articula sobre o primado de o governo ser utilizado via parlamentares que representam o setor e o defendem, fazendo carrear recursos públicos para o capital privado proprietário do latifúndio por meio de financiamentos com juro menor.

Se, por um lado, é necessário dar o devido realce ao efeito do termo ‘lobby’, que sugere a exploração do Estado por um segmento econômico alicerçado por um grupo político que, deve-se lembrar, denega a importância dele quando não atende aos seus interesses, por outro, cabe atentar para a flexão verbal “diz” que, como forma de discurso relatado e, portanto, posto à distância, “[...] se caracteriza pela aparição de um segundo ‘locutor’, no enunciado atribuído a um primeiro ‘locutor’ e como “[...] uma espécie de teatralização de um enunciado anterior e não uma similitude absoluta” (Maingueneau, 1989, p. 85). Há que se considerar que, neste caso, o verbo *dicendi* permite a criação de um efeito de distanciamento e de discrepância entre um discurso que coloca o agro sob um efeito positivo e meritório e um outro que, atribuindo ao “dizer” a criação de uma imagem deformada, muda o diapasão, colocando-o sob descrença.

A motivação das perguntas polêmicas dirigidas ao entrevistador, o uso do termo depreciativo (‘lobby’) e o acento irônico posto sobre os aforismas se justificam e se sustentam no discurso de justificação que os sucede. Por meio dele, cujo gesto se ampara em outro prisma de avaliação e conhecimento, “[...] o ato de falar (se torna outro) projeto de sedentarização do sentido” (Orlandi, 1993, p. 29),

já que “[...] a linguagem se constitui para asseverar, gregarizar, unificar o sentido (os sujeitos)” (Orlandi, 1993, p. 36). Ou seja: contra o discurso propagado pela publicidade, pela grande mídia, pelas redes sociais e pela “bancada do agronegócio”, cujo resultado é o senso comum apressado e redutor, o discurso, neste caso, busca desfazer a aura mistificadora em relação ao agro, valendo-se, sobretudo, de quatro argumentos.

O primeiro se sustenta na defesa de que é a Embrapa que fez e faz “a parte difícil da história”, já que “desde os anos cinquenta” desenvolve “pesquisa agropecuária” e, com isso, faz “o agro ser o que é”; cabe frisar que a empresa é mantida com recursos públicos e que, com sua atividade, permite a produção crescente. O segundo é relativo ao agro representar “7% do PIB”, mas pagar apenas “2%” do montante arrecadado em impostos. O terceiro diz respeito ao agro representar “7% do PIB”, mas ter “quase metade do crédito direcionado”, que é concedido “com juro menor”. E, por fim, o quarto se refere ao fato de o agro criar “letras financeiras que não pagam imposto de renda”. Isto é: seja por utilizar uma empresa estatal para fazer a pesquisa necessária, seja por pagar menos impostos, seja por ter crédito subsidiado com juros menores, seja por criar subterfúgios para não pagar imposto de renda, o agro é crucialmente dependente do Estado e só é o que é porque o Estado o financia. Eis, portanto, um conjunto de argumentos objetivos em defesa da importância do Estado na economia e que não coaduna com a premissa do estado mínimo e da não-ingeração dele no mercado e na iniciativa privada e que se sustenta numa filiação ideológica de contradição à sua demonização.

2.2 O ESTADO E A ELETROBRÁS

O segundo argumento sobre o qual o entrevistado se sustenta para a defesa da presença do Estado em setores estratégicos é a não-privatização da Eletrobrás, a quem competiria o gerenciamento dos recursos hídricos e o controle da distribuição de energia elétrica e de água, “bem escasso que é fundamental (e) compõe grande parte daquilo que a gente é fisicamente”. Embora um pouco longo, justifica-se a transcrição do recorte, em virtude do arrazoado que ele arrebanha sobre a temática em tela.

SD3) A Eletrobrás que a gente gosta né de falar né ah não pô agora vai pro setor privado na mão do Black Rock do três g nossa vai ter energia barata pra todo mundo; a gente continua com a energia mais cara dentre os países que não estão sofrendo diretamente com a guerra, A gente tem a energia mais cara e vem sendo dessa maneira. O que que é a Eletrobrás? Pessoal acha que produz energia. Você sabe o que ela é? Recurso hídrico. Ela controla água e a água é o bem escasso e que é fundamental compõe grande parte daquilo que a gente é fisicamente. A gente tá abrindo mão ao terceirizar isso pra interesse do lucro a gestão de um ativo como esse. A Eletrobrás, ela é a nossa bateria. Pega uma bateria que você tem aí divide no meio, fala: “ô, cada um pega um pedacinho dela aí”. Não vai dar certo que a bateria funciona única, ela é interligada. Aí eu achei né, assim de, usando aqui, de cair o céu da boca, pra não usar outra expressão, como teve esse apagão por um excesso de uma sobrecarga que veio da energia eólica que não foi canalizada pelo sistema; só pô. mas interligado é ruim né? Pô, é ruim ser interligado porque você vê, o efeito propaga para todo mundo. É a interligação que faz o sistema funcionar bem. Fala: “não, vamo defender a regionalização”. Você vai perguntar pro pessoal de Roraima se eles estão felizes comprando energia da Venezuela, que eles não tem, o deles é isolado. O que eles mais querem é entrar no sistema interligado nacional, porque, quando falta no norte, o nordeste te provê, quando falta no nordeste, você tem o sudeste produzindo. Ele distribui, exatamente a força do coletivo. Só quando você aplica essa lógica de compartimentalizar pra que cada um possa ter o seu quinhão do lucro extraído em cima da população, você perde exatamente a característica que faz o estado brasileiro ser o que ele é. E, sem estado brasileiro, não tem Eletrobrás (Roncaglia *apud* Coelho; Moreira; Roncaglia, 2023).

Postando-se numa mirada contrária a quem defende a privatização e, por consequência, a compartimentalização e a regionalização do controle da água e da eletricidade, argumentando que, indo para o “setor privado na mão do Black Rock do três g”, “vai ter energia barata pra todo mundo”, o entrevistado alerta para o fato de que “a gente continua com a energia mais cara dentre os países que não estão sofrendo diretamente com a guerra”. Há, portanto, um fosso entre o ceticismo do entrevistador sobre a efetividade do Estado e a defesa da manutenção estatal de setores estratégicos, como recursos hídricos, uma vez que o barateamento da eletricidade não

acontece e que, com a privatização, o governo deixa de ter controle sobre o que é crucial para a coletividade. Em última análise, “ao terceirizar isso pra interesse do lucro, a gestão de um ativo como esse”, a favor da privatização e contra a interferência do poder estatal, o país perde a unidade e a interligação que garantiriam o usufruto coletivo do que atende a todos. Se, por um lado, há um discurso privatista e a favor do capital, por outro, há uma contradição em relação a ele, pautada em outro mirante e outra visão de mundo e que busca outra “categorização”, ou seja, constituir uma outra “[...] realidade usando do poder de *revelação* e de *construção* exercido pela *objetivação do discurso*” (Bourdieu, 2011, p. 116, grifos do autor).

Deve-se perceber que a retomada do discurso favorável à privatização em face do apagão ocorrido em 2023 por “uma sobrecarga que veio da energia eólica, que não foi canalizada pelo sistema” que se apoia na tese de que “interligado é ruim”, porque “o efeito propaga para todo mundo”, é sobredeterminada por uma entonação irônica e derrisória que cobre o segmento que vai de “Aí eu achei” até “todo mundo”, por meio da qual o entrevistado se posta frontalmente contra este discurso, afirmando que é justamente “a interligação que faz o sistema funcionar bem”. O que se presencia, portanto, é o discurso acontecendo como jogo estratégico “de ação e de reação, de pergunta e de resposta, de dominação e de esquiva, como também de luta”; isto é: “um jogo estratégico e polêmico” (Foucault, 2013, p. 19); jogo que, da mesma maneira que sobre o agro, defende a presença do Estado na economia, uma vez que, de um lado, providencia as pesquisas e os financiamentos necessários para a produção agrícola e, de outro, garante o acesso à água e à eletricidade para toda a coletividade.

Em torno da defesa da interligação e do gerenciamento estatal e contra o “vamos defender a regionalização”, o entrevistado recorre ao fato de o Estado de Roraima não ser integrado ao “sistema interligado nacional”, devendo comprar energia da Venezuela, pagar mais caro por ela e estar sujeito a faltas de fornecimento e, pois, não estar satisfeito com o fato de ser “isolado”. Contra a compartimentalização do fornecimento (e da propriedade) de energia e de água e, neste caso, contra a privatização da Eletrobrás, ele assevera que é a interligação controlada pelo Estado que provê uma região quando a outra precisa, ou seja, a administração estatal permite a distribuição entre os vários setores, o que é “exatamente a força do coletivo”. Embora se deva reconhecer que o poder econômico tende a fazer o mundo se dobrar ao seu interesse, não se pode deixar de perceber e reconhecer que discursos como este marcam “[...] a possibilidade de uma estruturação-reestruturação (de) redes e trajetos, (sendo) índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação” (Pêcheux, 1997, p. 56).

Por fim, no tocante à questão da Eletrobrás e dos recursos hídricos, o entrevistado vai de encontro à “lógica de compartimentalizar” o que é de posse do Estado e que deveria ser gerido por ele, afirmando que esta iniciativa não é mais do que uma forma de permitir que cada um “possa ter o seu quinhão do lucro”, que, em geral, é “extraído em cima da população”. Por meio de denúncia contundente, ele faz ver o que subjaz efetivamente ao processo de privatização, o que é agravado por levar a perder “exatamente a característica que faz o Estado brasileiro ser o que é”: a integração em benefício da coletividade. E, à guisa de retomada da tese central, afirma categoricamente que, “sem Estado brasileiro, não tem Eletrobrás”. Trata-se, portanto, de um discurso que vai na contramão da desestatização e que postula a presença do Estado para o bem da coletividade, bem como a defesa da integração ao invés da partição em seções descontínuas. Compreendo que este seja um discurso que se pauta na contradição e que, contrariamente ao senso comum apressado e redutor, interesseiramente comprometido, para subsistir, precisa de mais do que “[...] algumas ideias extraídas do fundo comum da ideológica dominante, para ganhar partidários já convencidos de antemão, por interesse ou por medo” (Althusser, 2022, p. 135). Eis a racionalidade, a dialética e a ciência a serviço da superação de fossos, lacunas, fendas e preconceitos a reboque de interesses nem sempre os mais honestos.

2.3 O ESTADO E A EMBRAER/ITAIPU/PETROBRÁS

O terceiro pilar sobre o qual o entrevistado se sustenta se refere à Embraer, totalmente mantida e financiada pelo Estado. Sobre ela, ele não é tão prolixo quanto foi sobre o agro e sobre a Eletrobrás, o que pode ser sintoma de que, neste caso, não há muito a dizer, uma vez que a sanha da privatização ainda não atingiu a empresa. Sobre ela, ele se limita a afirmar que a “Embraer financia e faz”, ou seja, é funcional e devolve para a sociedade os recursos que a mantém, sendo “a fina flor da tecnologia da aviação, de projeto e de tal”. Parece evidente a avaliação meritória da estatal pelo entrevistado, ainda que o fosse somente pelo uso do sintagma “fina flor”, constituído pelo qualificativo “fina”, cujo efeito remete à expertise e à perícia da empresa, e pela designação “flor”, cujo efeito, geralmente, refere-se à beleza e à perfeição natural. Associados à Embraer, os dois termos lhe atribuem uma importância decisiva

para o Estado no que tange à aviação. Eis a sequência produzida pelo entrevistado.

SD4) Sem estado não tem, não tem Embraer. E a Embraer financia e faz, é a fina flor da tecnologia de aviação, de projeto e tal (Roncaglia *apud* Coelho; Moreira; Roncaglia, 2023).

É preciso mencionar, ainda, outros dois argumentos apresentados para a defesa de que o Estado devolve benefícios à sociedade a partir dos tributos que arrecada. Um deles é relativo à Itaipu, acrescido, *en passant*, pelo segundo entrevistado, que afirma que “Não tem Itaipu sem Estado, irmão”, e o outro referente à Petrobrás, com a afirmação de que

SD5) Não tem Petrobrás, né, sem Estado, porque a Petrobrás as pessoas acham que é uma produtora de petróleo, não tem Petrobrás sem o estado (Roncaglia, *apud* Coelho; Moreira; Roncaglia, 2023).

Neste caso, ao lado dos outros três argumentos mais bem desenvolvidos, sobretudo os primeiros dois, a Itaipu, como o maior produtor de energia elétrica do país, e a Petrobrás, como a maior extratora nacional de petróleo, somam-se à Embraer, à Eletrobrás e ao custeio do agro, para aquilatar a relevância do Estado, a qualidade da devolução realizada e aquebrantar o ceticismo do entrevistador, fechando o arrazoado com a sequência que segue:

SD6) ou seja, essa demonização do estado, ela não tem outra função que não depreciar o valor desses ativos pra que ele possa ser apropriado a preço de banana pela propriedade privada que não teve a capacidade de inovar porque sozinha ela não vai conseguir (Roncaglia *apud* Coelho; Moreira; Roncaglia, 2023).

Com este último excerto, o entrevistado, tendo mostrado de modo objetivo a relevância do Estado para a sociedade, seja em relação à produção agrícola, de energia, de tecnologia de aviação, de energia elétrica e de petróleo, apresenta a tese que revela a razão para que a presença do Estado na economia seja criticada. Por meio de “ou seja”, equivalente a “considerando os fatos expostos” ou “podemos concluir”, é introduzido o que seria o motivo para o menosprezo e a desvalorização do Estado, isto é: “essa demonização do Estado” não teria “outra função que não depreciar o valor desses ativos”, tornando-os menos importantes, para serem comprados “a preço de banana pela propriedade privada”; no limite, não se teria mais do que o demérito cínico do que se deseja. Reedição de “A raposa e as uvas” ou do adágio popular “quem desdenha quer comprar”, a iniciativa privada, o capital e o mercado objetivariam, no que tange à privatização, adquirir, por menos do que valem, empresas consolidadas e comprovadamente lucrativas, não para aprimorá-las para o bem público, mas para terem o lucro obtido por elas, construídas e consolidadas pela coletividade, e, após, transferidas para o proveito particular.

Por fim e para fechar a seção, cabe destacar a relevância dada pelo entrevistado ao Estado frente à iniciativa privada, afirmando que ela “não teve a capacidade de inovar” e que, “sozinha, ela não vai conseguir”; é dizer: sem o Estado, não haveria energia de qualidade, exploração de petróleo, desenvolvimento de aviação e pesquisa agropecuária. Em última instância, se há o desenvolvimento preconizado nos setores mencionados, ele se deve ao Estado que, por meio, sobretudo dos centros de pesquisa e das universidades, contribui de forma crucial para que ele ocorra, sendo a privatização não mais do que a destinação de empresas estratégicas e lucrativas para o “mercado” e para o capital ter “o seu quinhão de lucro extraído da população”. No tocante a toda a organização do arrazoado do entrevistado, é possível concluir que, “[...] enquanto a lei [(neste caso, a razão da depreciação do Estado com vistas à privatização)] é ignorada, o resultado do deixar-fazer, cúmplice do provável, aparece como um destino; quando ela é conhecida, ele aparece como uma violência” (Bourdieu, 2011, p. 105).

2.4 NO ENTANTO...

Parece irrefutável (e considero estabelecido) que, em franca contraposição com a ideologia do estado mínimo e contra a defesa de que o Estado não deva interferir na economia deixando-a sob o (des)controle da livre iniciativa e, pois, contra o poder desenfreado do capital e da sua sanha desenfreada de tudo deter para melhor auferir lucros à custa da população e do consumo, o entrevistado, de modo contundente, tem um Outro ideológico contra o qual se posta: o neoliberalismo, que coloca o interesse individual acima

do bem da coletividade, sustentando-se na retórica da produção de bens, da geração de empregos (subvalorizados em face dos lucros obtidos), da saciedade da fome e do desenvolvimento e do aumento das riquezas do país. Este é o Outro a quem, sem explicitar, ele se dirige de forma derrisória e irônica; polêmica, no limite. Como diria Althusser (2008, p. 93), é contra “[...] essa façanha de ‘levar na conversa’ as coisas e as pessoas” por meio da ideologia que, ao modo da resistência e da negação, ele trabalha.

É pela toada da defesa da contribuição social do Estado que alguns setores da economia são realçados de forma meritória, em face do retorno que dão por meio das suas atividades: o agro, a Itaipu, a Embraer, a Eletrobrás e a Petrobrás. Todos são apresentados como tendo participação decisiva no desenvolvimento do país em relação a energia, combustível, tecnologia e produção agrícola. Mas há que se perceber que, se eles têm a importância admitida, ela não se deve, para o entrevistado, a estratégias próprias e obtidas de modo independente, ou seja: foram (e são) os centros de pesquisa e as universidades, instituições custeadas pelo Estado, que garantiram (e garantem) os meios para que a produção de riquezas acontecesse (e aconteça). Não se pode obliterar o fato de que, para que o desenvolvimento citado aconteça, é necessário que haja pessoal habilitado para fazê-lo que não é formado ou capacitado se não por instituições estatais que garantem os meios para tal; repita-se: centros de pesquisa e universidades. Tem-se, pois, a defesa intransigente do Estado e da sua participação decisiva em termos de devolução social. Pode-se afirmar, seguindo Maingueneau (2005, p. 40), que, neste caso, o discurso, ao postar-se de um modo, “[...] define igualmente um território como sendo o seu Outro, aquilo que, mais que mais que qualquer outra coisa, não pode ser dito, O Outro circunscreve, pois, justamente, o dizível insuportável, sobre cujo interdito se constitui o discurso”.

Do lado do outro/Outro, o ceticismo insuportável sobre a importância do Estado; do lado do entrevistado/sujeito/Sujeito, a imagem meritória e explanatória sobre a sua relevância. No entanto, em que pese a argumentação racional e demonstrativa do retorno dado pelo Estado, algo fica a meio caminho entre a inteireza do elogio e a ressalva, que não tira o mérito, mas a relativiza, tirando-a do campo do absoluto. Nos questionamentos que tece, o entrevistado se pergunta sobre como ocorre a devolução e para quem, o que cria um efeito de seletividade e direcionamento da devolução em termos de investimentos e destinação de recursos. No bojo da defesa do Estado, portanto, não deixa de estar presente uma crítica a ele.

Se, por um lado, o entrevistado pretende defender o Estado e o faz de modo racional e objetivo, contrapondo-se ao ceticismo do entrevistador e afirmando categoricamente, por meio de fatos, a devolutiva realizada, por outro, trazendo à baila onde os recursos são colocados, em que pese a relevância da produção agrícola, de energia e de tecnologia, não se pode deixar de perceber a entonação crítica sobre a destinação privilegiada para setores não necessariamente os mais carentes, que são contemplados por terem poder de lobby. Não se trata de desdizer o esforço, elogiável, de defesa do Estado pelo entrevistado, que se posta contra uma ideologia que, como tal, atende a certos interesses e se pauta “nas formidáveis arenas da luta de classe capitalista, tanto mais temíveis pelo fato de que nem todas são visíveis como armas” e se ancoram nas “*ilusões-imposturas da ideologia burguesa*” (Althusser, 2008, p. 65, grifos do autor). Mas, talvez justamente pela falta de visibilidade, algo falha, criando, intencionalmente ou não (não vem ao caso), uma fissura discursiva que cria um descompasso e faz com que, por instantes, as fronteiras percam a nitidez e embaralhem os posicionamentos.

Tento explicitar a falha que me parece acontecer. A barricada que o entrevistado constrói como pretensa estrutura monolítica e infensa a penetração do outro/Outro, sem fendas e frestas em relação à devolução pelo Estado, pretende rejeitar o ceticismo mostrado. Contudo, ao relativizar a devolução realizada, ele se transporta para o terreno oposto, admitindo o acerto, mesmo que relativo, sobre o juízo dele. Em outros termos, sem negar que a devolução aconteça, menciona para quem ocorre, concedendo, a contragosto, que o seu adversário tem razão, considerando aonde os tributos arrecadados deveriam ser destinados, isto é: para setores mais carentes e mais necessitados da interveniência do poder público. Em suma, no terreno da disputa constituída e sem a pretensão de avalizar a avaliação do oponente, ela é, pelo menos parcialmente, concedida, o que pode ensinar que a verdade não está aqui nem lá, mas pode estar mais aqui do que lá. No limite, me parece, dever-se-ia ouvir Pêcheux (1995, p. 304) que afirma: “[...] ninguém pode pensar no lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso ‘ousar pensar por si mesmo’”.

3 PARA UM EFEITO DE FECHAMENTO

Teço algumas considerações, à guisa de arremate, levando em conta a análise da entrevista em tela. Uma se refere à ambiguidade/falha apontada no discurso do entrevistado. Intencionalmente ou não e sem apagar a defesa grandiloquente do Estado, ele realiza uma concessão ao oponente, reconhecendo que a sua posição é defensável, assim como a dele, dado que poderiam estar mirando pontos distintos de observação. Se o Estado devolve para alguns setores, privilegiados e sem precisão (o agro é lobby), não devolve para outros, desprivilegiados e carentes, sem poder de representatividade pública. É possível postular, por consequência, que não seja incomum que a verdade esteja exatamente no mirante de confronto entre dois pontos de vista e não apenas num deles. Neste sentido, pode-se condescender com Pêcheux (2011, p. 173) que “[...] o essencial da discursividade seria compreender a tensão contraditória entre a relação paradigmática de substituição que tende em direção à estabilização da forma lógica e a existência de relações de deriva e de alteração” em ruptura e contradição com a tendência de “autonomização de um mundo discursivo autorreferido”.

Outra diz respeito ao fato de que a entrevista não pertence à grande mídia, ou seja, a uma grande emissora de rádio, a um jornal de alcance nacional ou a uma rede de televisão que conta com larga audiência; trata-se “apenas” de entrevista a um podcast que foi publicada no Facebook e republicada na rede social TikTok; e não se pretende menosprezar um para engrandecer o outro, haja vista a penetração das redes sociais mencionadas. O que importa reter é que, contra o poder de massificação/manipulação/alienação que a grande mídia tem, a “pequena” mídia (que não deixa de ter também esse poder) pode auxiliar a quebra de grades de percepção, evitando “[...] não só a construção pré-construída deste mundo, mas também os esquemas cognitivos que estão na origem da construção desta imagem” (Bourdieu, 2011, p. 43).

E, por fim, contra a necessidade que temos de um mundo logicamente estabilizado, com fronteiras claramente delimitadas e com parâmetros infalíveis de discernimento entre o certo e o errado, o bem e o mal, a verdade e a mentira, a polêmica e o debate parecem recomendáveis sempre, ainda que o seja para, no fim das contas, se descobrir que um dos lados estava de posse da razão. A disponibilidade para o debate, para o diálogo, para a celeuma, para o confronto, respeitosos obviamente, sempre se mostra mais produtiva do que o recuo ensimesmado sobre si mesmo, arvorando-se como esclarecido e considerando o outro como equivocado; alguém já disse que, de um bom debate, só saem ganhadores, pois a crise produz conhecimento. Enfim, de novo, parece ser necessário ouvir Pêcheux (2011, p. 173), para quem a “tensão contraditória” do discurso “[...] conduz a abordar a categoria da contradição por meio de um viés que deixa de privilegiar a contradição lógica, deslocando a análise em direção das formas materiais discursivas de contradição ligadas à alteração e à deriva”.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de estado*. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Introdução crítica de J. A. Guilhaon Albuquerque. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

ALTHUSSER, L. *Sobre a reprodução*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Introdução de Jacques Bidet. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 15.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

COELHO, I.; MOREIRA, E.; RONCAGLIA, A. *O que é o Estado na República*. 20 ago. 2023. Facebook: Flow Podcast. Disponível em: <https://www.facebook.com/100002184613269/videos/1038989493762492/>. Acesso em: 1 de maio de 2024.

FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Trad. Eduardo Jardim e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 2.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

PÊCHEUX, M. Metáfora e interdiscurso. In: PÊCHEUX, M. *Análise de discurso*: Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento* Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi *et al.*. 2.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.



Recebido em 11/03/2024. Aceito em 30/04/2024.